

Pactu

CUT Brasil

CNB Brasil

fetec/PR

ANO VII - Nº 73
Maio 2003

Jornal destinado aos trabalhadores em bancos, produzido e custeado pelos sindicatos dos bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava



Mercantil fecha sob protestos do movimento sindical. PÁGINA 7



Pactu nas mobilizações contra demissões no Itaú. PÁGINA 7



Fetec-PR realizou seminários sobre CCV e saúde do trabalhador. PÁGINA 7

REFORMA TRIBUTÁRIA



Leia sobre as propostas do governo e da CUT para a Reforma Tributária nas páginas 4 e 5

CAIXA

Negociações estão avançando

O movimento sindical da Caixa Econômica Federal iniciou, em março deste ano, um processo de negociações permanentes com a atual diretoria.

Houve avanços, como a abertura para ouvir os anseios dos empregados, bem como a revogação da norma que permitia a demissão sem justa causa e a liberação de dirigentes para sindicatos, Apcefs e Fenaef.

Entretanto, até o momento, não houve avanços nas reivindicações de reposição salarial e num novo Programa de Participação nos Lucros (PRX). O movimento também espera respostas sobre o reconhecimento da CNB-CUT na assinatura de Acordo Coletivo. Vale lembrar que nos últimos anos os trabalhadores da Caixa tiveram perdas de auxílios e benefícios, pelo fato dos acordos serem



Um grupo de trabalho integrado por representantes da empresa e dos funcionários discute problemas relacionados à saúde

assinados pela Contec.

A Comissão de Organização dos Empregados da Caixa tem lembrado à direção da empresa que 90% dos bancários da Caixa estão em bases sindicais da CNB-CUT.

SAÚDE NA CAIXA

Um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes da empresa e dos funcionários da Caixa, começou a trabalhar no último dia 14/05, com objetivo de solucionar problemas relacionados à área de saúde dos trabalhadores da Caixa.

As discussões estão acontecendo em torno do Pams (Programa de Assistência Médica Supletiva), PRT (Programa de Readaptação ao Trabalho) e RH 025, que determina as regras para a revisão das licenças médicas.

Segundo José Carlos Alonso, da CNB-CUT e presidente da Fenaef, espera-se que o GT tome medidas adequadas para combater a incidência de doenças ocupacionais no âmbito da Caixa.

BB

IMPASSE EM TORNO DA PLR

O pagamento da PLR referente ao segundo semestre de 2002 continua sendo motivo de impasse entre a Comissão dos Empregados e a direção do BB. O banco afirma que houve uma variação negativa, do primeiro para o segundo semestre de 2002, na base de dividendos distribuídos aos acionistas e também a PLR creditada aos funcionários, o que diminui a porcentagem paga da Participação nos Lucros e Resultados. Aponta como motivo uma resolução do Banco Central, de maio de 2002, que determinou a marcação ao mercado dos títulos em poder dos bancos e outras empresas. Essa marcação, segundo o banco, provocou a redução nos dividendos. O assunto deve dominar as próximas rodadas de negociações.

Por outro lado, o BB apresentou à Comissão de Empresa uma proposta para resolver a questão do endividamento dos funcionários. As dívidas atuais e novas com cheque-ouro, CDC e cartão de crédito serão consolidadas e renegociadas. O pagamento poderá ser feito em 36, 48 ou em até 60 meses, com taxa de juros menores. A Comissão de Empresa considerou positiva a proposta do banco, mas salientou que para resolver a questão do endividamento é necessário recuperar as perdas salariais dos últimos anos.

IX CECUT debate conjuntura e elegeu direção da CUT-PR

Centenas de trabalhadores, a maioria dirigentes sindicais, de todo o Paraná, participaram do IX CECUT, o Congresso Estadual da CUT-Paraná, realizado no período de 1 a 4 de maio, no município de Pontal do Paraná. Os participantes discutiram principalmente a conjuntura sócio-econômica e política no Estado e no País e de que forma os trabalhadores podem ser afetados pelas mudanças que começam a ser introduzidas pelos novos governos. Avaliaram os trabalhos da última gestão e debateram estratégia e plano de ação da CUT para o próximo mandato. O evento também serviu para eleger nova direção da CUT-PR para o próximo triênio. A composição da nova direção foi disputada por três chapas. A vencedora foi a Chapa 1, composta pela tendência Articulação Sindical, encabeçada por Roni Anderson, presidente do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro). Os sindicatos do Pactu foram representados no IX CECUT pelos diretores Edilson José Gabriel e Juraci Batista de Araújo (ambos de Umuarama), Neil Emídio Júnior (Paranavaí), Mirna Loy (Campo Mourão) e Lúcia Vogt (Toledo).

PACTU

Expediente

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do Pactu

CONSELHO EDITORIAL

Paranavaí:

Neil Emídio Júnior/Fone (44) 423-3402
E-mail: seebpvai@ibest.com.br

Campo Mourão:

Nivaldo Simoni/Fone (44) 523-3492
E-mail: seebcmcut@uol.com.br

Toledo:

Lucia B. Vogt/Fone (45) 252-1851
E-mail: sbtr@uol.com.br

Umuarama/Assis

Chateaubriand:

Wilson de Souza/Fone (44) 622-1979
E-mail: seebumu@uol.com.br

Guarapuava:

Elói Myska/Fone (42) 623-1371
E-mail: seebgpva@brturbo.com.br

Redação e projeto gráfico: Joel Guedes

Tiragem: 2.800 exemplares

Problemas no uso do cartão-alimentação

Uma medida tomada pela Associação dos Supermercados do Paraná trouxe algumas dificuldades para os bancários de cidades médias e pequenas. Desde o dia 01/04/2003, os grandes supermercados do Estado recebem os tickets-alimentação somente na modalidade cartão-alimentação, não aceitando os antigos cheques em papel. São poucos os supermercados da base do Pactu que estão habilitados para trabalhar com cartão magnético, obrigando os bancários a se deslocarem de suas cidades, a fim de utilizarem seus créditos. O transtorno é maior no caso do cartão-alimentação da Abrapetite, que não é compa-

tível com o sistema dos demais cartões, tendo que ser operado por telefone, gerando demora no atendimento. Os sindicatos do Pactu estão acompanhando os problemas ocasionados pela decisão dos grandes supermercados, e também com a Abrapetite. A sugestão é para que os bancários das pequenas cidades se reúnam, escolham um ou mais supermercados de sua preferência, na própria cidade ou em cidade vizinha, viabilizem o seu convênio com as empresas fornecedoras de cartões. Além disso, é necessário manter os sindicatos informados, caso continuem a enfrentar dificuldades.

Bancários lançam campanha antecipada

As entidades sindicais bancárias da CUT já enviaram documento à Fenaban, solicitando a abertura de negociação, reivindicando a antecipação de reajuste salarial de 15%. De acordo com o Dieese, a inflação acumulada entre a última data-base da categoria, em 1º de setembro de 2002, até 10 de abril deste ano, foi de 15,42%. O índice que causa muita perda aos trabalhadores. Para os bancários as perdas são maiores, pois a próxima renovação de Acordo Coletivo acontecerá somente em setembro. Na pesquisa feita pelo

Dieese nesse período alguns itens de primeira necessidade contribuíram, e muito, para que a inflação chegasse a esse patamar. A alimentação subiu 22,93%; o transporte, 22,86%; a educação, 10,40% e saúde, 17,88%. É justamente para repor essas perdas que a CNB-CUT e seus sindicatos lançaram a campanha salarial pela antecipação de reajuste de 15%.

A CNB-CUT espera que pela alta lucratividade que os bancos vêm apresentando nos últimos 15 meses, se sensibilizem com a perda salarial dos bancários. Ainda so-

bre os lucros dos bancos, a Consultoria Austin Asis, especialista em análises de balanços do sistema financeiro, apontou, no primeiro trimestre deste ano, um crescimento médio do lucro em 35,5%, em relação ao mesmo período do ano passado, nos bancos Santander Banespa, Itaú, Bradesco e Unibanco.

Um dos dados impressionantes revelados por esse estudo é a receita obtida com serviços, que teve incremento na ordem de 15,4%. Ou seja, dinheiro pra pagar o reajuste tem.



Dirigentes sindicais bancários avaliam campanha antecipada

Negociações no HSBC

No último dia 05/05, houve reunião entre Fetec, os sindicatos de bancários da CUT no Paraná e a diretoria do HSBC. Os sindicatos entregaram aos diretores do banco alguns casos de assédio moral, denunciados por funcionários, e cobraram providências. No que se refere as condições de trabalho do pessoal do Tele-Atendimento, o banco se propôs a elaborar o questionário, já proposto pelas entidades sindicais, em conjunto. Assim será possível detectar os problemas enfrentados por trabalhadores dessa área.

SINDICALIZAÇÃO - O banco reafirmou a concordância em adotar o processo de entrega da ficha de filiação sindical no ato da contratação. Os sindicatos vão elaborar uma proposta operacional para a realização de uma campanha de sindicalização.

MUDA O PLANO DE SAÚDE HSBC enviou aos funcionários circular comunicando que, a partir do dia 1º de junho de 2003, o Plano de Saúde HSBC deixará de existir. Os segurados serão transferidos para a Sul América Seguro Saúde, que estará enviado o "kit do usuário", composto por cartões individuais de identificação, manual do usuário e identificação da Rede Referenciada (antiga Rede Conveniada) com a relação dos médicos, clínicas, laboratórios e hospitais. O plano vem atender a uma solicitação da Comissão de Organização de Empresa do HSBC (COE), que é a inclusão de tratamentos de lesionados no trabalho (LER/DORT), como hidroterapia, sem limite de sessões, e acupuntura (10 sessões/ano/beneficiário). Tem também outros benefícios, como a extensão da cobertura de gastos com parto para as filhas dependentes; homeopatia e psicomotricidade (30 sessões/ano/beneficiário). Outro ponto importante da mudança é a redução nos valores da co-participação, principalmente na Rede Referenciada. Entretanto, os sindicatos já começam a receber denúncias de que alguns médicos estão informando aos segurados de que ao término do HSBC Saúde (1º de junho), não pretendem renovar o convênio com a Sul América. De acordo com as denúncias, os médicos alegam que o reembolso do Sul América ainda é pior do que do HSBC Saúde. Para o coordenador da COE do HSBC, Adilson Stuzata, quanto antes for detectado e relatado o problema, mais cedo ele poderá ser resolvido. "Essa atitude deverá antecipar as resoluções dos problemas que provavelmente surgirão", diz Stuzata. A Sul América disponibilizou um link no site www.sulamerica.com.br/saudeonline, mesmo para esclarecer as dúvidas dos segurados do antigo HSBC Saúde. A Rede Referenciada e o manual do segurado estão disponibilizados no endereço eletrônico.

SAÚDE EM DEBATE ABN-REAL

Em reunião com a Comissão de Organização dos Empregados, a diretoria do ABN-Real negou a constituição de um Grupo de Trabalho para discutir e apontar alternativas para os problemas de saúde ocupacional no banco. Os negociadores do banco alegaram que não há necessidade de adotar este procedimento porque os próprios gestores das agências já realizam este papel. Mas a Comissão dos Empregados insistiu em denunciar o aumento no número de casos de doenças ocupacionais no banco. Para Silvio Fontana, diretor representante do Paraná na Comissão, há uma postura arbitrária da empresa, que está contrariando sua própria campanha de mídia, quando fala em transparência e responsabilidade socioambiental. Fontana lembra que a diretoria bem que poderia aproveitar este momento e colocar em prática seu discurso, passando a respeitar seus funcionários.

Reforma do Sistema Financeiro



Pactu participa da discussão sobre regulamentação do Sistema Financeiro

A CNB-CUT promoveu em Curitiba, no último dia 16, seminário para discutir propostas para a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que regulamenta o Sistema Financeiro. A discussão se pautou no projeto da CNB-CUT. O Projeto foi apresentado por economistas do Dieese, que assessoram a CNB, e propõe um Sistema Financeiro voltado para o desenvolvimento social e econômico do país. Nele, os bancos públicos mudariam completamente o foco, priorizando inclusive as regiões mais pobres.

Além disso, o projeto propõe a criação de uma lei financeira pela qual todos os anos o governo ficaria obrigado a enviar ao Congresso Nacional um plano financeiro para ser implementado no ano seguinte. Esse plano conteria metas e tetos de juros básicos, taxas, tarifas do sistema financeiro para pessoas físicas e jurídicas.

Também por esta lei, o Banco Central teria autonomia para executar programas avaliados pelo Congresso Nacional, e sua diretoria teria que se justificar ao Congresso, em caso de não cumprimento, desvio de metas ou de irregularidades, como as que aconteceram no governo anterior, envolvendo os bancos Marka e FonteCindan.

Do Pactu, participaram do seminário os diretores Agemiro Minati, de Toledo; Neil Emídio Júnior e Nilton Borges, ambos de Paranavaí; e Wilson de Souza, de Umuarama.

A reforma tr



Num ponto todos concordam: a reforma deve ter como meta a desoneração do setor produtivo, para gerar aumento de produção, empregos e desenvolvimento econômico

Também é essencial

Não basta ter menos impostos. É preciso haver mais simplicidade na apuração e arrecadação, diminuindo os custos administrativos. Na opinião de muitos especialistas em política tributária, a reforma, se realmente estimular a produção, vai revigorar milhares de micros e pequenas empresas e tirará, em curto espaço de tempo, milhares de trabalhadores da atividade informal. Isso significará mais emprego com carteira assinada, maior renda, mais impostos, maior contribuição previdenciária, menos déficit público e maior

desenvolv
objetivo. r
teresses em
de reform
aprofundar
peito, para
já existente
o governo
está cada
por pagar u
que haja u
blicos de qu

O governo Lula mandou para o Congresso, duas propostas de reformas, que já estão sendo discutidas em suas respectivas comissões: a da Previdência e a Tributária. Por isto é que elas estão em evidência.

Nas últimas semanas, a reforma tributária se sobressaiu. É ela que governadores, Congresso e a Presidência da República mais debateram. Todos concordam que uma política tributária justa e eficaz pode elevar a eficiência econômica do país, através do estímulo aos setores produtivos.

Já a CUT e seus sindicatos esperam e trabalham para que a Reforma Tributária, além de criar empregos, mostre ao povo brasileiro, pela primeira vez em 503 anos, que a qualidade do ensino público, a prestação de serviços de saúde e demais serviços públicos, melhoraram sensivelmente a sua qualidade de vida.

VOCÊ SABIA???

● Que desde 1534, quando foram criadas as Provedorias da Fazenda Real, a cidadania fiscal peregrina, no Brasil, entre o árduo trabalho de recolher impostos, distribuir verbas entre órgãos governamentais, com um mau retorno à população na prestação de serviços?

● Que nos últimos anos foi pior. Em 1999 o volume de impostos arrecadados foi de R\$ 151.517 bilhões, o equivalente a 32,15% do PIB. Em 2000, foi de R\$ 176.020 bilhões, ou 33,18% do PIB?

● E que hoje, os impostos foram elevados para uma média nacional correspondente a 34,3% do PIB, o que tem comprometido o desenvolvimento do país?

O PESO DOS IMPOSTOS

A pesada carga tributária brasileira tem sido o principal inimigo do setor empresarial. Conseqüentemente, também é responsável pela inibição do crescimento econômico. Nossa carga tributária é uma das maiores do mundo, superando inclusive os Estados Unidos e o Japão. Mas a qualidade dos serviços prestados pelo governo à sociedade não é equivalente. Segundo especialistas, a arrecadação federal cresceu em torno de 140% nos últimos anos, cuja média corresponde a 34,3% do PIB. Mais de 70% dessa arrecadação vêm de impostos embutidos nos preços, com cerca de 106 tipos de tributação (municipal, estadual e federal), impostos, taxas, contribuições sociais e parafiscais, muitas inconstitucionais.

Numa pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, de Curitiba, com 7.102 empresas de pequeno, médio e grande porte, apenas 4,61% se revelaram competitivas. O restante não consegue melhor desempenho por causa do peso dos impostos. Uma das piores conseqüências disso é o alto índice de sonegação fiscal. O campeão é o Imposto e Renda, com uma taxa superior a 26% de sonegação, seguido pelo ICMS, PIS, Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Mas têm outras conseqüências sérias, além da sonegação, como, por exemplo, a falência de empresas, aumento do desemprego e do contrabando de mercadorias estrangeiras devido ao alto custo do produto nacional, entre outras.

Tributária é inadiável

para incentivar a produção e a geração de empregos

Mas não é fácil atingir esse objetivo: é preciso compatibilizar muitos interesses de diversas instâncias. A proposta tributária existe para isso: para evitar a exaustão das discussões e ressaltar as muitas e boas propostas que tiram as melhores razões para toda a sociedade, que é cada vez mais cansada e empobrecida pelos altos e tão elevados impostos, sem a contrapartida em serviços públicas.

ESTOS

Sobre também paga

Os impostos mais conhecidos estão o IPI, o ICMS, o CPMF, o IOF, e o Imposto de Renda. Mas o cidadão comum, principalmente o trabalhador, paga e não sabe. Dentre eles, o mais odiado é o ICMS e um outro imposto, menos conhecido, o CIDE (Contribuição sobre a circulação de Domínio Econômico) ou, simplesmente, imposto dos combustíveis. Só para comprar um litro de gasolina, se pagam quase 47% de impostos, como CIDE, IPI, ICMS e IOF. Parece pouco, mas num litro de gasolina a R\$ 2,00, o custo dos impostos seria de R\$ 0,94, ou seja, quase 50% do preço. Isto sem contar os impostos indiretos, escondidos nos preços de produtos e serviços. São impostos indiretos, escondidos nos preços de tudo o que se compra. A incidência de tributos e contribuições é triplamente injusta para a população mais pobre. Primeiro porque o preço é fixo, punindo quem tem menos recursos; segundo porque quem ganha mais gasta tudo comprando mercadorias e serviços de primeira necessidade e, terceiro, porque quase a totalidade dos brasileiros não sabe nada sobre tributos e sobre o sistema tributário. Portanto, a maioria da população desconhece que paga impostos.

PROPOSTA DO GOVERNO



Lula, no ato da entrega do projeto no Congresso Nacional

A proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso Nacional, tem quatro eixos básicos: unificação da legislação do ICMS, com redução dos impostos incidentes sobre a cesta básica; a CPMF vai durar até o governo achar uma alternativa aos valores que arrecada hoje; a desoneração da folha de pagamento; e fim do acúmulo na cobrança da Cofins. Entre os pontos de convergência estão a promoção da justiça fiscal; elevar a eficiência e a competitividade econômica, estimulando a produção e o investimento produtivo e desonerando as exportações; buscar a simplificação; e intensificar o combate à sonegação e à evasão tributária. O governo diz que quer uma reforma neutra para os entes da federação, sem a elevação da carga tributária, e objetiva a ampliação da base e a maior eficácia na arrecadação, permitindo criar condições para a redução da carga individual e dos setores mais frágeis da economia.

Acordo firmado entre o governo federal e governadores prevê uma reforma que resulte em justiça tributária e competitividade econômica. O objetivo é que nem o governo federal nem os estaduais percam receita. Mais adiante, o governo deve acrescentar mudanças nos impostos sobre os rendimentos e o patrimônio para melhorar a distribuição de renda no país. A idéia é aumentar a carga de impostos para os que têm renda mais elevada e para os ganhos de capital e aumentar as isenções em impostos indiretos. O governo pretende aprovar uma taxa mais progressiva para o Imposto de Renda, IPVA e IPTU, como forma de equilibrar a carga tributária entre as classes sociais.

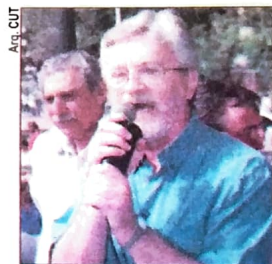
Outras propostas são de regulamento do imposto sobre as heranças e grandes fortunas, com alíquotas progressivas; de repartição do Imposto Territorial Rural (ITR), que continua federal mas a arrecadação será dividida em 60% para os municípios e 40% para os estados - os recursos hoje ficam com a União; e o governo pretende repassar uma parcela maior do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os estados que produzem menos. Também consta da proposta a prorrogação, até 2007, da Desvinculação dos Recursos da União. Hoje a Constituição determina que a DRU só vigorará até o final de 2003. A desvinculação permite ao governo a liberação de 20% da arrecadação da União para serem usados livremente.

A CUT defende uma reforma ampla

Há muito tempo a CUT defende que a reforma tributária deve merecer prioridade sobre as demais, por diversas razões. Em primeiro lugar, é uma condição essencial para a consolidação da estabilização da economia. Em segundo lugar, é absolutamente necessária para a superação da crise do financiamento do Estado e para reverter a degradação da infra-estrutura produtiva e social. Em terceiro, é condição vital para a retomada do crescimento econômico e, portanto, para a criação de empregos. Finalmente, a reforma tributária é essencial para reduzir o dramático problema de distribuição de renda, já que somente um Estado que arrecada adequadamente seus impostos pode financiar políticas sociais. Para a CUT, a reforma deve dar ênfase aos impostos diretos; desonerar as exportações, favorecendo a inserção dos produtos brasileiros nos mercados internacionais e promover a redução do número de tributos. Quem ganha mais deve pagar alíquotas progressivamente maiores, taxando, inclusive, as grandes fortunas, como fazem os EUA e países da Europa. Defende ainda que as reformas orientem-se pela defesa dos direitos dos trabalhadores e promova a distribuição de renda e acesso aos bens e serviços públicos, como condição para o desenvolvimento econômico.

Principais propostas da CUT:

- Simplificar o sistema.
- Acabar com a cumulatividade das contribuições.
- Diminuir a carga tributária incidente sobre a produção e os assalariados de baixa e média renda.



Para João Felício, presidente da CUT, a reforma tributária deve corrigir as distorções e ser um caminho para a geração de empregos e renda

- Combater com dureza a inadimplência e a sonegação, assim como a evasão fiscal e as fraudes, em geral relacionadas ao contrabando, ao tráfico de drogas, à lavagem de dinheiro e à corrupção.
- Simplificar a estrutura tributária, o que vai ajudar a combater a sonegação e a evasão fiscal.
- Progressividade: todos os tributos devem obedecer ao princípio básico da progressividade. Ou seja, quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos.
- Impostos diretos: o novo sistema deverá permitir que gradualmente a massa tributária se concentre no Imposto de Renda, invertendo a atual concentração em impostos indiretos.
- Federalismo fiscal: fortalecer o federalismo fiscal e criar uma clara definição de bases tributárias para cada nível de administração, permitindo ao cidadão a identificação dos deveres e obrigações de cada governo.

Eleições mudam pouco na Argentina e no Paraguai



.....
Nicanor Duarte Frutos, vence no Paraguai: dominação do Partido Colorado no país já dura 56 anos

Revista ISIDE

Poucos analistas políticos se arriscam a opinar sobre o futuro econômico e social do Paraguai e da Argentina. O resultado das eleições presidenciais nos dois países não indica mudanças na filosofia de governos. Sobretudo no Paraguai,

Frutos. Há 56 anos governando o Paraguai, o Partido Colorado é a legenda com mais tempo no poder na América, a maior parte dela por meio de uma ditadura de direita. E vale lembrar que o Paraguai é um dos países mais pobres da América Latina. A única novidade da eleição paraguaia foi a utilização das urnas eletrônicas, emprestadas pelo Brasil.

Já na Argentina, a surpresa ficou por conta

da renúncia de Carlos Menem, no último dia 14 de maio, faltando quatro dias para o segundo turno das eleições. Mas nem por isto a Casa Rosada, sede do governo daquele país, deixará de seguir em mãos peronistas, pois Néstor Kirchner, é do mesmo partido de Menem, o Partido Justicialista.

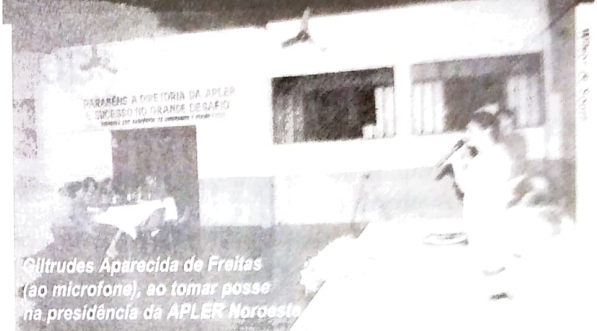
Apesar da maioria dos argentinos ter condenado a renúncia de Menem, para os analistas políticos ela não foi tão ruim assim. É atribuída aos dez anos de governo Menem a decadente situação econômica e social da Argentina, principalmente em função da sua relação carnal com os EUA.

Seu governo se envolveu em escândalos de corrupção e foi responsável por um crescente aumento do déficit público, já que adotou uma política fiscal irresponsável, que provocou a desvalorização do peso e a moratória da dívida, em 2001.

O que se vê hoje na Argentina é um grande índice de desemprego e muita pobreza: reverter esse quadro será a missão de Kirchner.

Analistas políticos garantem que, com o resultado das eleições, Argentina e Paraguai têm um futuro incerto...

Umuarama criou Associação dos Portadores de LER



Giltrudes Aparecida de Freitas (ao microfone), ao tomar posse na presidência da APLER Noroeste

Um esforço envolvendo várias pessoas resultou na fundação de Associação dos Portadores de Lesões por Efortos Repetitivos de Umuarama e Região, a APLER Noroeste. A Assembleia que oficializou a criação da entidade aconteceu no dia 30 de abril. No mesmo dia foi eleita uma diretoria que já tomou posse e está trabalhando no sentido de ajudar os trabalhadores vítimas de LER ou qualquer outra doença adquirida no trabalho. A criação da APLER Noroeste teve apoio de vários sindicatos de trabalhadores de Umuarama, entre eles o Sindicato dos Bancários, que está representado na direção da entidade através dos diretores Marcelo Mortanna, Luiz Carlos Carneiro e Edilson José Gabriel. A diretoria executiva da APLER Noroeste conta com sete membros, sendo trabalhadores, leigos e profissionais liberais, como fisioterapeuta e advogados. A presidência da entidade é ocupada pela funcionária pública e advogada Giltrudes Aparecida de Freitas.

O principal objetivo dessa associação é ajudar os trabalhadores acometidos por doenças ocupacionais. A LER é a principal delas e tem grande incidência entre professores, bancários e digitadores, principalmente. Giltrudes lembra que a iniciativa de se criar a associação se deu através de diversos sindicatos de trabalhadores de Umuarama, que acompanham as dificuldades dos trabalhadores lesionados quando necessitam preencher uma simples CAT. "As vezes se depara não apenas com o desconhecimento e o desinteresse dos patrões, mas inclusive pelo descaso de órgãos do governo" diz a presidente. A diretoria da APLER Noroeste começou a trabalhar assim que tomou posse, que ocorreu durante jantar, com dezenas de participantes, na Chácara dos Bancários de Umuarama. Vale lembrar que as pessoas que quiserem obter mais informações sobre a APLER Noroeste podem entrar em contato através do telefone: (41) 522-1382.

Wilson de Souza

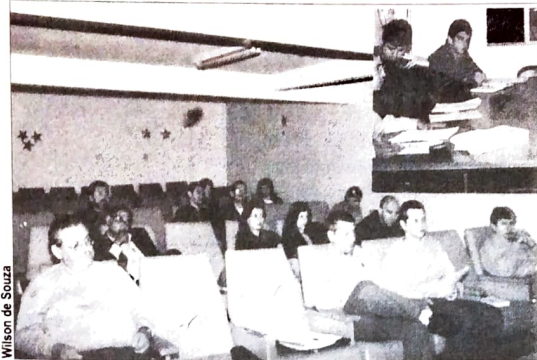


Diretoria da APLER Noroeste (em pé) durante cerimônia de posse

CAMPO MOURÃO Fetec promoveu seminários sobre CCV e saúde do trabalhador

O que é, como funcionam e para que servem a CCV e a APLER? Esclarecer essas e outras dúvidas e repassar informações úteis no relacionamento direto com os trabalhadores, foram os objetivos principais de um seminário promovido pela Fetec-PR, nos dias 7 e 8 de maio, em Campo Mourão.

Do evento, participaram, em maior número, dirigentes sindicais de Campo Mourão, Umuarama e Toledo. Sobre a atuação da CCV (Comissão de Conciliação Voluntária), já em funcionamento no Itaú e HSBC, foram repassadas informações sobre o conceito de conciliação, ar-



Dirigentes sindicais do Pactu participaram de seminário sobre CCVs e saúde do trabalhador

bitragem e mediação, o papel do conciliador, abrangência da conciliação e os conceitos básicos relacionados com o Direito do Trabalho. No Paraná, o Sindicato dos Bancários de Curitiba é o que atua há mais tempo nessas comissões.

Sobre saúde do trabalhador, o seminário foi importante para mostrar, por exemplo, como deve ser feito o preenchimento de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e como melhorar o atendimento aos bancários acometidos por Ler e outras doen-

ças ocupacionais.

A Fetec-PR já constatou que onde existe APLER (Associação dos Portadores de Ler) o atendimento dos trabalhadores junto ao INSS melhorou, agilizando os processos e encaminhamentos, diferente do que acontecia antes, quando o processo era mais demorado.

Na base do Pactu, já foi eleita e empossada a primeira diretoria da APLER de Umuarama, na qual o Sindicato dos Bancários está representado.

Protestos no ITAÚ



Das muitas manifestações alusivas ao 1º de Maio (Dia do Trabalhador), muitas tiveram como alvo o Banco Itaú, apontado pelos sindicatos de bancários da CUT como "O Exterminador de Empregos".

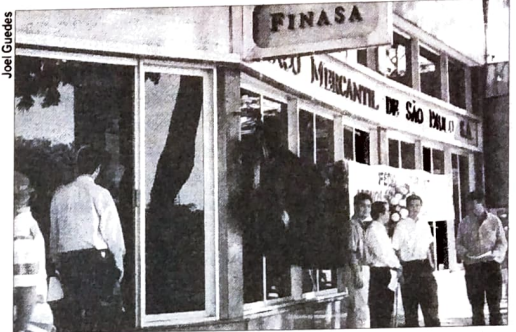
As manifestações lembraram à sociedade paranaense que há pouco mais de dois anos e meio (17/10/2000), o Itaú comprou o Banestado – apesar de muitas denúncias dos sindicatos envolvendo a privatização. Uma delas é que, com a transação, o governo Lerner e o Itaú estavam

ameaçando o emprego de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do Banestado. Dito e feito. Desde a privatização, já foram contabilizadas mais de 7 mil demissões entre empregados diretos e terceirizados.

Em contrapartida, os Setúbal vêm enriquecendo cada vez mais. No ano passado o Itaú foi o banco que mais lucrrou: R\$ 2,377 bilhões. É importante lembrar que parte desse dinheiro é oriunda do aumento das despesas administrativas

do governo do Estado, com o pagamento de tarifas bancárias ao Itaú, arrecadador dos impostos e taxas do governo paranaense. Por essas e outras, nas comemorações do Dia do Trabalhador no Paraná, o Itaú foi apontado como o principal símbolo de desrespeito ao trabalhador e à sociedade. Os sindicatos do Pactu participaram das manifestações, com distribuição de jornais e panfletos em frente às agências do Itaú. Em Umuarama houve paralisação da agência por uma hora, no dia 30/04.

Manifestações contra demissões no Bradesco



Manifestações no Pactu marcaram o fechamento do Mercantil

No último dia 16/05, os sindicatos de bancários da CUT fizeram mobilizações contra as demissões no Bradesco. Naquele dia, em todo o Brasil, diversas agências do Banco Mercantil de São Paulo, encerraram suas atividades. Os bancários e clientes do Mercantil foram transferidos para o Bradesco. Nos últimos anos, o Bradesco comprou os bancos BCN, Cidade, Boavista, BBV e o Mercantil de São Paulo. Apesar do Bradesco ter alegado que não vai haver demissões dos bancários incorporados, a história tem mostrado o contrário. Em outras incorporações, bastou normalizar o atendimento à clientela transferida para que as demissões acontecessem em grande número. A campanha dos sindicatos é para que não haja demissão e nem precarização nos auxílios, salários e nas condições de trabalho. Este último, quando acontece, pela extrapolção de jornada, cumprimento de metas e outros, causa transtornos à saúde física e mental dos trabalhadores. Os sindicatos têm constatado com preocupação a tensão que os bancários do Mercantil estão passando. As vezes, temendo uma transferência que causa inconveniências no emprego do cônjuge e na educação dos filhos; às vezes temendo não se adaptar com novas diretrizes e, principalmente, temendo o pior, ficar desempregado.

PACTU - Os sindicatos do Pactu aderiram às manifestações. Em Umuarama a agência do Mercantil foi aberta em 03/06/1957. Foram quase quarenta e seis anos de presença na cidade. Nesse período, a agência se destacou pelo grande número de financiamentos que ajudaram a economia local. O Seeb Umuarama promoveu manifestações, com carro de som, faixas e Carta Aberta a Clientes e Usuários, no Mercantil, no Bradesco e no BBV. Os bancos BBV e BCN serão incorporados respectivamente em julho e novembro deste ano.

Guarapuava

Sindicato orienta sobre LER/DORT

Se nas demais épocas do ano deve-se tomar muito cuidado e desenvolver atividades preventivas à Lesão por Esforços Repetitivos, a LER/DORT, no inverno a preocupação precisa ser maior ainda. É neste período que, geralmente, se registra aumento dos casos, muitas vezes por falta de esclarecimento sobre as formas de prevenção. Em Guarapuava, o Sindicato dos Bancários lançou e vem desenvolvendo uma campanha de esclarecimento aos bancários, visando orientá-los quanto aos sintomas das principais doenças ocupacionais, e os procedimentos a serem tomados no caso de comprovada a existência da doença. "No inverno geralmente é maior o número de reclamações de bancários que procuram o sindicato com sintomas de doenças ocupacionais", afirma Elói Myska, diretor do Seeb Guarapuava e do Pactu. Ele esclareceu ainda que os bancários que ainda não possuem a cartilha com informações sobre a LER/DORT e como preveni-la, que retirem o seu exemplar no Sindicato. O mesmo devem fazer os bancários que notarem algum sintoma da LER/DORT.

UMUARAMA

Entidades organizam a 2ª Caminhada Ecológica

Estar ciente dos problemas de nosso Planeta e fazer tudo o que for possível na vida diária para contribuir para a sua preservação. Ou seja, pensar globalmente e agir localmente. Esta é a intenção das diversas entidades e empresas envolvidas na realização da 2ª Caminhada Ecológica de Umuarama, marcada para o dia 8 de junho.

A iniciativa partiu do Sindicato dos Bancários de Umuarama, em promoção conjunta com a Associação Comercial e Industrial (ACIU) e os Sindicatos dos Comerciantes, dos Servidores

Públicos Municipais, dos Trabalhadores em Hotéis, dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, dos Vigilantes, dos Trabalhadores Rurais, dos Empregados nas Indústrias de Alimentação e APP/Sindicato dos Professores. Apóiam a promoção a Rede Farma, Universidade Parana-ense (Unipar), a 2ª Companhia da Polícia Militar, a Viação Umuarama, a Sanepar, Secretaria Municipal de Saúde, Regina Calçados, Paraíso das Camas, Imobiliária Françolin, a Construmil, Supermercado Bompreço, a Refrirama, Unimed, Dias Bike, Panificadora Pane D'oro, Mundo das Tintas e a Made Importados, O Lojão das Fábricas e a Gráfica Ribeirão.

Os organizadores dizem que o objetivo é conscientizar as pessoas e instituições públicas e privadas da importância de preservar o meio ambiente. A expectativa é superar o sucesso da primeira edição, realizada no ano passado.

O percurso será o mesmo: Lago Aratimbó, Jardim Cruzeiro, Estrada Jaborandi (rio Piaiva) até a estação de captação de água da Sanepar, retornando ao local de saída.

O início está previsto para as 7h da manhã e vale lembrar que as pessoas que se inscreverem e estiverem presentes estarão concorrendo a 11 bicicletas. Também é bom lembrar que os participantes terão o apoio de profissionais das áreas

Wilson de Souza



O objetivo é superar o número de participantes da 1ª Caminhada Ecológica, realizada no ano passado

de educação física, médica, segurança e fornecimento de água durante a caminhada. Não haverá ordem classificatória e a premiação será por sorteio aos presentes à Caminhada. As ins-

crições podem ser feitas até o dia 5 de junho no Sindicato dos Bancários (Av. Rio Branco 4226), Sindicato dos Comerciantes (Edifício Caravelas) e na Rede Farma.

CAMPO MOURÃO

Projeto Recomeçar entrega certificados

No último dia 10, às 19h na Associação dos Bancários de Campo Mourão, realizou-se a Formatura dos 32 Educandos do Projeto Recomeçar - CUT, que receberam a certificação de ensino fundamental através do CEFET-SC. Os participantes do Projeto receberam também certificado de curso profissionalizante, através da CUT/SERT, de Informática, através da Escola BIT Control, além de um livro contendo a Declaração Universal dos Direi-

tos Humanos. Estiveram prestigiando o evento 120 convidados, dentre eles o deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR), Sidnei Jardim, representando o Prefeito Municipal, vereador Sebastião Ribeiro (PT), representando a Câmara Municipal, Jonas Braz representando a CUT. Após a entrega dos certificados, os educandos fizeram uma apresentação do Estatuto do Homem (Tiago de Melo) com o projetor de multimídia.

Os presentes saborearam o jantar e, ao término, foi sorteada a rifa que contribuiu para arrecadar

fundos para a realização da formação. O ganhador da cesta foi o bancário/diretor do sindicato, José Pedro de Souza Cordeiro, funcionário do Bradesco de Campo Mourão. O evento encerrou com um baile animado pela dupla Odair e Alexandre.

A coordenação do Projeto Recomeçar em Campo Mourão está a cargo do Sindicato dos Bancários, através da Secretária de Formação, Sônia Yamada Mauro, e de Maria do Carmo Gênero, do SindSaúde. O projeto foi desenvolvido nos anos de 2001 e 2002, através de cursos básicos com carga horária de 720 horas, atividades realizadas em sala de aula, no Colégio Estadual Marechal Rondon. Estas aulas tiveram como tema gerador "O Mundo do Trabalho", estabelecendo interface com as demais áreas do conhecimento, em um percurso formativo interdisciplinar e incorporando no processo de ensino-aprendizagem a experiência de vida e o saber prévio dos trabalhadores na condição de educandos.

Oficinas pedagógicas, com temas relacionados à oportuni-



Seeb C. Mourão

Os 32 formandos receberam certificados e confraternizaram com seus familiares

des de desenvolvimento local e regional e delineamento de projetos de geração de emprego e renda, sendo debatidos questões como: desenvolvimento sustentável, cooperativismo, agricultura orgânica, reforma agrária, trabalho infantil, reciclagem de lixo, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho.

Laboratórios culturais: atividades relacionadas à valorização pessoal, auto estima, iniciação teatral, relações de gênero, comunicação e expressão, oratória

Informática: as aulas foram desenvolvidas na escola Bit Control, com carga horária de 60 horas e conteúdo básico de iniciação ao Word, Windows, Excel e Internet.

Sônia Yamada Mauro, coordenadora do Projeto Recomeçar e diretora do Pactu em Campo Mourão, e a educadora Maria Aparecida Santos de Lima, agradecem a todos que colaboraram de forma direta ou indireta para a realização do Projeto.



O deputado Paulo Bernardo prestigiou o evento e entregou certificados